

LINGUÍSTICA, LETRAS E ARTES (PÔSTER)

NOME: NATHÁLIA GALVÃO DE SOUZA MESQUITA

TÍTULO: O ACESSO À ARTE E CULTURA COMO DIREITO HUMANO FUNDAMENTAL: ANÁLISE E DEBATE PERTINENTES A UM PROGRAMA INSTITUCIONAL DE EXTENSÃO DA UEMG

AUTORES: PABLO ALEXANDRE GOBIRA DE SOUZA RICARDO, NATHÁLIA GALVÃO DE SOUZA MESQUITA, NATHÁLIA GALVÃO DE SOUZA MESQUITA, KARLA DANITZA DE ALMEIDA, PABLO ALEXANDRE GOBIRA DE SOUZA RICARDO

AGÊNCIA FINANCIADORA (se houver): PAEx

PALAVRA CHAVE: ARTE, CULTURA, DIREITOS, ACESSO, PROGRAMAS, PROJETOS

RESUMO

Este trabalho é resultado de estudos do Programa Institucional de Extensão Direitos à produção e ao acesso à arte e à cultura, que tem como objetivo principal construir junto à comunidade acadêmica da UEMG uma política cultural que assegure esses direitos. Pretende-se apresentar o estado da arte desse estudo a partir de análises, discussões e pesquisas bibliográficas. O resultado viabilizará o compartilhamento de reflexões sobre o direito fundamental de acesso à arte e à cultura, facilitando a identificação das melhores práticas e definindo parâmetros para a UEMG e seu plano de difusão da cultura. Desenvolvemos discussões teóricas quanto ao direito, realizando pesquisa bibliográfica e estudando conceitos correlatos. A metodologia parte de leituras bibliográficas, bem como o debate em relatórios e seminários internos. As reflexões a seguir ainda representam uma perspectiva geral, mas podem ser consideradas resultados parciais do trabalho. O artigo 27 da Declaração Universal dos Direitos Humanos disciplina o direito do indivíduo de participação na vida cultural da sociedade na qual se insere. Por "participação" entende-se o pleno acesso à vida cultural e artística. A noção do direito de participação abrange também a familiaridade, o conhecimento e a utilização do patrimônio cultural. O livre acesso às artes e à cultura forma indivíduos mais críticos e criativos. A negação do acesso à arte e à cultura reduz as possibilidades de desenvolvimento das conexões sociais e culturais, imprescindíveis para a manutenção de níveis satisfatórios de convivência em condições de igualdade. O trabalho discute as formas de interação entre os agentes responsáveis pela promoção do direito de acesso. O ponto de partida são as experiências vivenciadas na comunidade acadêmica e da bibliografia de pesquisa, ensino e extensão, de forma que as atividades e resultados extrapolem as universidades e sejam aplicados à sociedade em suas diversas representações culturais, políticas e econômicas.